

Raça, classe e estratégia socialista

Marxistas há muito entendem que o local de trabalho é o principal local estratégico da luta de classes, e que a luta de classes é essencial para a convergência de uma maioria da classe trabalhadora radicalizada com a capacidade e vontade de derrubar o capitalismo em favor do socialismo. Ao mesmo tempo, marxistas reconhecem nossa responsabilidade moral de se opor – e a necessidade estratégica de combater – todas as formas de exploração e opressão.

Nos Estados Unidos, hoje, uma esquerda socialista revitalizada está dando a essas questões de estratégia nova importância e levando as pessoas em todo o espectro político a articular mais claramente uma posição em direção aos respectivos papéis de raça e classe em suas políticas.

Em uma parte desse espectro, como escreve Briahna Gray em *The Intercept*, a senadora democrata Kamala Harris aborda o suposto “reducionismo de classe” da esquerda; em outro, socialistas debatem se e como a visão marxista fundamental da centralidade de classe pode ser usada para formular estratégias para combater a opressão racial e de gênero. Em uma recente resenha do livro de Asad Haider, *Mistaken Identity*, Melissa Naschek escreve que Haider aponta corretamente para as maneiras como “a ideologia e a retórica da ‘identidade’ têm sido usadas como arma contra a classe trabalhadora”. Mas enquanto marxistas devem defender a política de classes tanto contra as variantes radical e mainstream do que Gray em sua obra chama de “reducionismo racial”, lutas por demandas universalistas em toda a classe e lutas contra opressões raciais particulares não são mutuamente excludentes (como a obra de Naschek parece implicar). De fato, para que o projeto socialista tenha sucesso, os socialistas devem ligar essas lutas.

Tanto Gray quanto Naschek referem-se ao “Orçamento da Liberdade para Todos os Americanos”, de 1966, um projeto defendido por socialistas negros e líderes dos direitos civis como Martin Luther King, Jr., Bayard Rustin e A. Philip Randolph. Também achamos que o Orçamento da Liberdade é uma boa referência para considerar essas questões. Extraímos três importantes lições e debates recentes sobre o papel das lutas contra a opressão no movimento socialista. Em primeiro lugar, as lutas contra a opressão racial e as opressões sociais em geral – pelos direitos dos imigrantes, pelo direito ao aborto, pelo fim da brutalidade policial, etc. – não são uma distração do projeto socialista. Elas são essenciais para ele. Segundo, demandas supostamente “independentes de raça” – como o Medicare for All, uma política federal de garantia de empregos e educação pública plenamente financiada com fundos públicos – são de fato elementos essenciais de qualquer programa para combater tanto os efeitos quanto as causas do racismo. E, finalmente, essas demandas universais de classe fornecem veículos para a construção do movimento de classe operária, multirracial, necessário para acabar com a exploração e a opressão.

Combatendo frontalmente a opressão

Socialistas democráticos devem compreender a importância das lutas contra opressões específicas – incluindo deportações, violência policial racista, encarceramento em massa e restrições ao aborto – como parte do processo de construção de um movimento socialista, não em conflito com ele.

A fim de consolidar as vitórias sobre a segregação legal e Jim Crow, por exemplo, os líderes dos Direitos Civis sabiam que precisavam construir a partir delas conectando a luta pela justiça racial com uma luta por justiça econômica baseada em demandas econômicas universais. Mas essa extensão de sua luta em demandas ditas “independente de raça” não implica que elas tenham abandonado sua luta pela justiça racial. Em vez disso, essas lutas estavam intimamente ligadas.

Na história mais recente, as lutas no local de trabalho têm vinculado abertamente e diretamente as demandas da justiça racial e as demandas econômicas universais. Em 2012, a greve do Sindicato dos Professores de Chicago destacou a luta pela justiça racial como parte de seu esforço mais amplo da classe trabalhadora por melhores escolas e melhores condições de trabalho. Em seu atual esforço para uma greve, o sindicato de professores United Teachers of Los Angeles levantou uma bandeira similar. No início deste ano em Oklahoma, professores em greve conectaram explicitamente suas demandas universais e redistributivas à luta contra o encarceramento em massa, carregando cartazes dizendo “Escolas, Não Prisões”. E, há poucas semanas, milhões viram o poder dos trabalhadores de combater diretamente o racismo graças a um vídeo viral gravado pelo soldador de Indianápolis Antoine Dangerfield. No vídeo, dezenas de trabalhadores latinos saem de um depósito da empresa UPS para protestar contra o tratamento racista de seu gerente – e conseguem que o gerente seja demitido.

Em nível eleitoral, as campanhas populares de políticos como Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez mostraram como um foco em questões amplas da classe trabalhadora, como saúde, educação e empregos, pode ser efetivamente combinado com demandas mais específicas, como abolir a ICE (orgão federal de Polícia e Imigração) ou acabar com a fiança de dinheiro. Franklin Bynum, membro do DSA em Houston, que está concorrendo para um cargo de juiz de lá, fez do fim à fiança em dinheiro e do combate à condenação racista uma parte central de sua campanha. Em uma entrevista à Jacobin, ele explica que o racismo e a pobreza “se mantêm mutuamente no sentido de que, por exemplo, você tem bairros segregados por raça, alguns deles são alvos da polícia, pessoas marcadas com antecedentes criminais, o que os leva para ainda mais pobreza, e assim por diante”. Enquanto isso, os recursos gastos com policiamento excessivo poderiam ser gastos alternativamente para tirar as pessoas da pobreza e tornar obsoleto o aparelho carcerário. Por fim, a campanha de Jovanka Beckles do DSA para a

assembléia estadual da Califórnia exige soluções universais como moradia, saúde e educação, ao mesmo tempo em que defende os imigrantes e oferece reformas ambiciosas ao sistema de justiça criminal do estado.

Combate à opressão através da redistribuição

Em “Beware the Race Reductionist”, Gray mira no argumento agora familiar de que, embora reformas financeiras, ou a política de garantia federal de empregos ou do Medicare for All possam ser amplamente benéficas, suas políticas “independente de raça” para toda a classe trabalhadora ignoram ou até prejudicam especificamente grupos oprimidos na sociedade.

Este argumento é talvez melhor encapsulado pela tirada agora famosa de Hillary Clinton em 2016: “Se nós terminássemos os grandes bancos amanhã, isso acabaria com o racismo? Isso acabaria com o sexismo? Isso acabaria com a discriminação contra a comunidade LGBT? Isso faria as pessoas se sentirem mais receptivas aos imigrantes da noite para o dia?”. A série de perguntas foi um dos muitos ataques centristas à campanha de Bernie Sanders. Mais tarde naquele mesmo ano, o deputado Jim Clyburn alegou que a faculdade pública gratuita de ensino prejudicaria as instituições historicamente negras e, por extensão, os negros. Como diz Gray, esse “ataque ao progressismo sob o pretexto do anti-fanatismo” implica que “se uma política não resolve o racismo ‘em primeiro lugar’ é na pior das hipóteses racista e, na melhor das hipóteses, não vale a pena ser perseguido”.

Mas, como Gray deixa claro, por causa dos efeitos materiais duradouros da escravidão, segregação e dominação racial nos Estados Unidos, os negros na verdade se beneficiariam mais do que seus pares brancos dos programas redistributivos. Os negros têm mais dívidas estudantis do que qualquer outro grupo demográfico e são forçados a abandonar a faculdade por razões financeiras a taxas muito mais altas – algo que uma escola

pública federal gratuita e um programa universitário abordariam diretamente. A crise financeira de 2008 devastou as fortunas dos negros, eliminando 40% da riqueza dos negros. É, portanto, equivocado, como argumenta Gray, lançar uma reforma financeira como incidental ou não relacionada aos interesses dos negros. Finalmente, as pessoas negras e latino-americanas permanecem sem cobertura de seguro saúde em taxas muito mais altas do que as dos brancos, mesmo após a implementação do Affordable Care Act. Citando a demanda por assistência médica universal na plataforma do Movement for Black Lives, Gray escreve que a saúde é uma questão “existencial” para os afro-americanos. Nesse caso, a razão pela qual a assistência médica “não é percebida como um ‘problema de não-brancos’ é uma questão de marketing, não de substância”.

De fato, como Gray argumenta ao citar Touré Reed, “os principais beneficiários das políticas universais seriam pobres e a classe trabalhadora que seria desproporcionalmente negra / não-branca ... Ignorar tais políticas com base no argumento de que não estão tratando do racismo sistêmico é um truque.

Combatendo a opressão com um movimento de massas

Em seu livro *A Freedom Budget For All Americans*, Paul Le Blanc e Michael Yates contam como os líderes dos direitos civis como Martin Luther King Jr., Bayard Rustin e A. Philip Randolph procuraram ligar as lutas pela igualdade racial e econômica dentro de uma abrangente programa que eles chamam de “A Estratégia”. Embora não compartilhemos o objetivo de “realinhamento” de transformar o Partido Democrata defendido por Rustin e Randolph, o Orçamento da Liberdade demonstra uma abordagem convincente para vincular raça e classe de uma maneira orgânica e estratégica. Para citar Le Blanc e Yates:

A consciência e o momento dessa cruzada contra o sistema de Jim Crow poderia ser um estágio preliminar para confrontar os outros aspectos do racismo institucional, o que exigiria uma

transformação social e econômica mais fundamental.

Essa transformação só poderia ser efetivada atacando as raízes econômicas subjacentes do racismo, o que, por sua vez, só poderia ser feito de forma eficaz através do desenvolvimento de um programa mais amplo de justiça econômica: empregos decentes, moradia, educação e saúde para todos, como uma questão de direito. Embora tal programa seja iniciado por negros, seria poderosamente relevante para a maioria dos brancos. A coalizão inter-racial resultante para a justiça econômica teria a dupla função de eliminar as raízes do racismo institucional e criar uma atmosfera de idealismo e luta comum que ajudaria a afastar ainda mais várias formas de racismo individual. Se houvesse abundância e uma vida decente para cada pessoa, então seria eliminada a temida competição por recursos escassos, um terreno fértil essencial e uma das bases materiais do racismo, e isso fortaleceria o senso de solidariedade inter-racial gerado através da partilha lutar por uma vida melhor para todas as pessoas.

Uma maneira de reafirmar 'The Strategy' é notar que projetou (1) uma luta de massas contra a segregação e a cidadania de segunda classe; e (2) abordar questões de justiça econômica, canalizando a luta contra o sistema Jim Crow para uma luta ainda mais massiva (através da união dos movimentos antirracistas e de trabalhadores) por empregos para todos, o fim da pobreza e a regulação democrática da economia, que envolveria uma transição do capitalismo para o socialismo.

O Orçamento da Liberdade representava uma agenda radical de reformas, exigindo, como escreveu Randolph, "que, na sociedade mais rica e produtiva já conhecida pelo homem, o flagelo da pobreza possa e deva ser abolido". Para socialistas como Rustin, Randolph e King, o Orçamento representou uma agenda prática apontando para além do capitalismo. É por isso que o Orçamento da Liberdade não foi dirigido exclusivamente para combater a opressão racial dos negros, mas procurou construir um movimento multirracial da classe trabalhadora para uma

transformação social abrangente. Como King escreve em sua introdução ao Orçamento da Liberdade:

Depois de muitos anos de intensa luta nos tribunais, nos corredores legislativos e nas ruas, conseguimos várias vitórias importantes. Chegamos longe em nossa busca por respeito e dignidade. Mas nós temos que ir muito além.

A longa jornada à frente requer que enfatizemos as necessidades de todos os pobres da América, pois não há como encontrar meramente trabalho, moradia adequada ou escolas integradas de qualidade apenas para os negros. Vamos eliminar as favelas dos negros quando destruímos guetos e construirmos novas cidades para todos. Eliminaremos o desemprego dos negros quando exigirmos emprego pleno e justo para todos. Produziremos uma massa negra instruída e qualificada quando alcançarmos um sistema educacional para todos no século XX.

O que os socialistas democráticos podem hoje aprender com essa estratégia?

Em primeiro lugar, os socialistas devem esforçar-se em primeiro lugar por demandas universais positivas, como o Medicare for All e a melhor educação pública, que reúnem pessoas da classe trabalhadora em torno de uma plataforma compartilhada que promete melhorar suas vidas. Essa unidade é duplamente importante, uma vez que tais políticas também minam um dos principais apelos da direita racista: que os imigrantes e outros grupos marginalizados ameacem a segurança econômica dos brancos da classe trabalhadora. Ao nomear o capitalismo como a fonte de insegurança econômica e abolir a pobreza para todos, a esquerda pode minar o poder da direita de bodes expiatórios e de dividir os trabalhadores. Em outras palavras, políticas supostamente “independente de raça”, como o Medicare for All e uma garantia de empregos federais – como Gray argumenta corretamente – trabalham ativamente para desfazer os efeitos e as causas do racismo.

A luta por esse tipo de demanda também ajuda a promover o processo que marxistas chamam de formação da classe: a construção de um movimento militante, unido e organizado da classe trabalhadora que é consciente de si mesma como um agente de transformação social. Sem um movimento trabalhador militante e de massas, nossas lutas não terão o poder de forçar grandes concessões redistributivas dos capitalistas – para não mencionar a substituição do capitalismo pelo socialismo, uma tarefa histórica que continua sendo uma pré-condição para eliminar todas as formas de opressão. O poder que vem da reserva de nossa força de trabalho como trabalhadores é uma forma de alavancagem incomparável com qualquer outro tipo de protesto. Sem exercer esse poder, não podemos vencer.

As recentes greves educacionais nos “estados vermelhos” (republicanos) trazem em relevo o potencial explosivo de uma abordagem baseada em classes à política. Ao concentrar-se nas demandas apoiadas por quase todas as pessoas que trabalham – saúde acessível, melhor remuneração para os educadores e mais financiamento para as escolas – essas greves foram capazes de mobilizar e policiar centenas de milhares de educadores, fechar escolas para milhões de estudantes, conquistar grandes concessões de governos estaduais reacionários e radicalizar muitos professores, pais e alunos no processo.

A professora de West Virginia e referência de trabalho de base Emily Comer explicou como sua histórica greve neste ano mostra que os trabalhadores podem se unir em questões comuns: “Para um movimento de massas bem-sucedido, as pessoas não têm que concordar com política partidária, religião ou qualquer outra coisa para esse assunto. Mas elas se juntam e lutam em solidariedade em torno de uma questão compartilhada. Nós aprendemos que as pessoas vão empurrar as outras diferenças de lado em nome da solidariedade ”.

Nossa estratégia hoje

Conectar efetivamente a luta contra a exploração de classes e

a opressão social não é uma nova estratégia para os socialistas. Considere, por exemplo, o Programa de Erfurt de 1892 de Karl Kautsky, o documento mais influente da era do socialismo da Segunda Internacional e uma inspiração para os bolcheviques na Rússia.

Kautsky pintou um quadro inclusivo da classe trabalhadora composta de todos aqueles que não possuem propriedade que lhes permita sobreviver (ou seja, fábricas, empresas ou terras). A estratégia política de Kautsky incluía e ia além da organização dos trabalhadores no local de trabalho. Ele argumentou que os partidos socialistas devem se tornar o representante “de todas as classes trabalhadoras e exploradas”. Isso significava que, nas palavras do programa, os marxistas se opunham “não apenas à exploração e opressão dos trabalhadores assalariados, mas também a toda forma de exploração e opressão, seja dirigido contra uma classe, um partido, sexo ou raça.”

O que é crucial aqui é que Kautsky não sugere que os socialistas devam apoiar apenas movimentos que façam exigências estritamente redistributivas. Devemos tomar o lado dos oprimidos em toda luta contra a dominação e a repressão do Estado.

Hoje enfrentamos um chamado semelhante, para lutar ao lado de todas as pessoas exploradas e oprimidas.

Concretamente, isso significa apoiar movimentos contra todas as formas de opressão e aumentar as demandas em torno dessas questões nas lutas trabalhistas, nas campanhas eleitorais e nos movimentos sociais.

Embora eles não necessariamente se traduzam automaticamente em consciência socialista, o movimento pelos direitos dos imigrantes, as mobilizações contra a brutalidade policial e a resistência ao ataque antiaborto da direita politizaram milhões e ofereceram a muitos jovens a primeira experiência em

ativismo político.

É necessário criticar – e fornecer uma alternativa convincente baseada em classes para – o “reduccionismo racial” promovido por liberais, ONGs, acadêmicos e até mesmo alguns radicais. Para fazer isso de maneira eficaz, no entanto, devemos sempre deixar claro, tanto na teoria quanto na prática, que os socialistas não contrapõem a luta de classes à luta contra a opressão social. Em vez disso, entendemos essas lutas como estando profundamente conectadas.

Nenhuma outra tendência política pressionará sistematicamente pela unidade da classe trabalhadora se os marxistas não o fizerem. Diante das divisões perpetuadas pelo capitalismo e reforçadas por sua miríade de apologistas entre liberais e à direita, é nossa responsabilidade particular destacar a possibilidade e a necessidade de unir todos os trabalhadores contra seu inimigo comum. Como Ellen Meiksins Wood escreve em “Por que a luta de classes é central”, os socialistas investem de maneira singular na eliminação da opressão e dominação e união da classe trabalhadora, já que “o socialismo será a primeira forma social desde o advento da sociedade de classes cuja reprodução como sistema social é ameaçada, em vez de reforçada por relações e ideologias de dominação e opressão”.

Ajudando a reconstruir um forte movimento da classe trabalhadora capaz de ganhar reformas transformadoras universalistas como o Medicare for All e combater efetivamente a opressão social, os socialistas podem ajudar a promover o processo de formação de classes que é essencial para derrubar o capitalismo e conquistar uma sociedade de verdadeira igualdade, liberdade e justiça social. Nas palavras de Kautsky: “essa transformação social significa a libertação, não só do proletariado, mas de toda a raça humana”.

Artigo originalmente publicado em [The Call](#). Reprodução da versão em português publicado no [Portal da Esquerda em Movimento](#).